

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

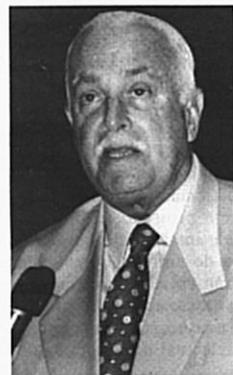
Ano III - Nº 572 - Brasília, sexta-feira, 24 de outubro de 1997

## Planos de saúde devem ser votados ainda neste semestre

*"O povo quer celeridade", diz Antonio Carlos ao informar que os senadores ratificaram entendimentos para apressar a votação de projetos no Congresso*

O Senado deve votar ainda neste semestre o projeto que regulamenta os planos de saúde no país, informou ontem o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, após duas horas de reunião secreta com os senadores.

Antonio Carlos esclareceu que os participantes da reunião ratificaram entendimentos que ele manteve com o presidente da Câmara, Michel Temer, visando acelerar a votação de projetos no Congresso. **Página 3**



ACM quer evitar "gargalos"



## Pedido de MS causa discussão sobre dívidas

O plenário do Senado debateu ontem a questão do endividamento dos estados ao aprovar um projeto de resolução que autoriza o estado de Mato Grosso do Sul a transferir à CEF uma dívida de R\$ 353,7 milhões, tomada junto a 12 bancos. A dívida será renegociada com a União, para pagamento em até 30 anos, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Na Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores aprovaram operação de crédito externo de US\$ 300 milhões entre a União e o Bird. O dinheiro será destinado ao financiamento parcial do Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, a ser executado pelo DNER. **Página 4**

A CAE aprova operação de crédito externo no valor de US\$ 300 milhões para restauração de rodovias

## Comissão aprova proteção a softwares

Projeto de lei que trata da proteção da propriedade intelectual de programas de computador foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta já havia sido acolhida pela Câmara dos Deputados. **Página 2**



A Comissão de Educação discute proteção a softwares

# Programa de computador terá proteção determinada em lei

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Joel de Holanda (PFL-PE), aprovou ontem parecer favorável do senador Roberto Requião (PMDB-PR), com emendas, ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador. Ainda serão votados destaques.

O texto aprovado assegura a proteção à propriedade intelectual do programa de

computador pelo prazo de 20 anos, contados a partir da data do pedido do registro. Pelo projeto original, será aplicada aos programas de computador a proteção conferida às obras literárias pela legislação de direitos autorais.

Conforme o parecer, haverá um prazo de no mínimo cinco anos de assistência e suporte técnico do programa com ampla publicidade ao usuário, no qual se basearão

as atividades de garantia do programa em favor do consumidor.

Outra mudança proposta é a obrigatoriedade do registro do programa para estar protegido pela lei. O senador justifica que a intervenção estatal é necessária, por se tratar de um controle mínimo para efeitos de supervisão de produção e importação de programas de computador, permitindo ao governo ter instrumentos de planejamento.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 9h - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão da "PEC nº 7/96, estabelece que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferem nas relações federativas"; da "PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Constituição federal (recesso parlamentar); e da "PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

#### Segunda-feira (27.10.97)

#### 14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

#### Terça-feira (28.10.97)

#### 14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: "PDL nº 57/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República da Coreia; "PDL nº 62/97, aprova o texto do Acordo relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Francesa; "PDL nº 63/97, aprova o texto do Acordo, por troca de Notas Verbais, que prorroga, por um período adicional de dois anos, os artigos 10 (parágrafos 2 e 5), 11 (parágrafo 2b), 12 (parágrafo 2b) e 23 (parágrafo 3) da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, de 25 de abril de 1975, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino da Suécia; "PDL nº 64/97, aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, firmado entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino da Espanha; "PDL nº 65/97, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República da África do Sul; "PDL nº 66/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Libanesa; "PDL nº 67/97, aprova o texto do Acordo Relativo à Isenção Parcial de Exigência de Vistos, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Malásia; e o "Projeto de Resolução nº 132/97, autoriza o município de Linhares (ES) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões e trezentos mil reais, para a realização de obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do município

#### Quarta-feira (29.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado  
Pauta: "Requerimento nº 856/97, do senador Vilson Kleinübing, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução 50/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Requerimento nº 857/97, do senador Vilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 80/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo

dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Requerimento nº 858/97, do senador Vilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 115/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "PDL nº 72/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Italiana; "PDL nº 73/97, aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Coreia; "PDL nº 75/97, aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho; "PDL nº 76/97, aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para fins de Detecção; "PDL nº 87/97, aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático consular, administrativo e técnico; "PDL nº 88/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacod dependência, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos; "PDL nº 89/97, aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais; "Projeto de Resolução nº 110/97, denega autorização ao município de Goi-Ére para contratar operação de crédito junto ao Banco do Paraná S.A., no valor de R\$ 1,46 milhão, cujos recursos seriam destinados a obras de infraestrutura urbana, bem como à aquisição de terrenos que seriam doados à Companhia de Habitação do Paraná

#### Quinta-feira (30.10.97)

#### 14h30 - Agenda em aberto

#### Sexta-feira (31.10.97)

#### 9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

#### Terça-feira (28.10.97)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: "PLC nº 45/97, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

#### 17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do PLS 183/97, que disciplina a criação dos Conselhos de Fiscalização Profissional  
Convitados: Waldir Paiva Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina; Ana Mercês Bahia Bock, presidente do Conselho Federal de Psicologia; Rui Otávio Bernardes de Andrade, presidente do Conselho Federal de Administração; Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho, presidente do Conselho Federal de Contabilidade; e Eseras Magalhães dos Santos Filho, presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

## Projeto sobre FGTS de aposentado vai à sanção

O plenário aprovou ontem a redação final do projeto de lei autorizando aposentados que retornam ao trabalho a movimentarem seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, caso deixem o novo emprego. O projeto irá à sanção presidencial.

Atualmente, aposentado que volta a trabalhar só pode sacar o FGTS em casos como demissão ou uso do dinheiro

para quitar imóvel comprado dentro das normas do Sistema Financeiro da Habitação.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS), relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, ponderou que o projeto aprovado corrige uma injustiça contra os aposentados, "os quais voltam a trabalhar geralmente para complementar sua renda".

## Exército ganha crédito para reaparelhamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou ontem pareceres favoráveis a emendas apresentadas em plenário a dois projetos de resolução que autorizam a União a contratar operações de crédito externo para o Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a cargo do Ministério do Exército.

As operações de crédito serão efetuadas junto ao Brazilian American Merchant Bank, nos valores de até US\$ 377 milhões e US\$ 236,59 milhões, respectivamente. As emendas são de autoria do

senador Gilberto Miranda (PFL-AM) e foram relatadas pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). As duas proposições vão agora à deliberação do plenário.

De acordo com as emendas aprovadas, os recursos serão aplicados na aquisição de bens e serviços no exterior. A utilização dos recursos captados por meio desta operação de crédito fica condicionada ao cumprimento das normas para licitação e contratos da administração pública.

■ Leia mais sobre decisões da CAE na página 4

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúlio Coelho

Joel de Holanda - Marluco Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Reunião secreta de senadores ontem discutiu formas de dar maior rapidez ao processo legislativo. "O povo quer celeridade. A idéia é apressar as votações e mostrar ao povo que o Congresso é um órgão útil", disse o presidente da Casa

## ACM: Senado deve votar plano de saúde este ano

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, após duas horas de reunião secreta com todos os senadores, no plenário, que o Senado deve votar ainda neste semestre o projeto que regulamenta os planos de saúde no país, oriundo da Câmara dos Deputados.

- Vamos considerar o projeto da Câmara como um substitutivo à proposta aprovada antes pelo Senado. Assim, os senadores poderão propor supressão de algum texto do projeto que veio da Câmara. Não poderá haver alteração de texto. De qualquer forma, tudo indica que

o assunto poderá ser votado neste ano e enviado ao presidente da República - disse o presidente do Senado.

Ficou acertado no encontro que as emendas de senadores ao projeto de planos de saúde serão apresentadas às

*"Constatamos que o gargalo está no Regimento Interno das duas Casas e na Constituição", afirmou Antonio Carlos Magalhães*

proposições que tratam do mesmo assunto, em tramitação no Senado. Essas proposições poderão ser colocadas em votação logo após o projeto que regulamenta os planos de saúde.

Antonio Carlos Magalhães

informou que os senadores, na reunião secreta, ratificaram os entendimentos que ele manteve com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para tornar mais célere a votação de projetos pelo Congresso.

- O povo quer celeridade. A idéia é apressar as votações e mostrar ao povo que o Congresso é um órgão útil. Na medida em que o Congresso não resolve os problemas como o povo espera, como as reformas, a sua utilidade fica duvidosa. Constatamos que o gargalo está no Regimento Interno das duas Casas e na Constituição. Enquanto eu estiver na presidência, vou dar celeridade a todos os projetos, rejeitando ou

aprovando - disse.

Interrogado por jornalistas se ainda há chance de votação, ainda neste semestre, de alguma reforma da Constituição proposta pelo governo, o presidente do Senado disse acreditar que "há possibilidade de votação da reforma da Previdência pelos deputados". As outras reformas, na sua opinião, dificilmente terão votação encerrada neste ano.

Na reunião, conforme Antonio Carlos Magalhães, foram apresentadas algumas su-

gestões para que seja alterado o Regimento do Senado, e até mesmo a Constituição, para que a tramitação de projetos seja acelerada. Ele informou que o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) fez várias sugestões de mudanças.

Outra informação do presidente do Senado: o "Projeto Pelé" deverá ser votado neste semestre pela Câmara e o Senado fará a votação final no primeiro semestre do ano que vem.

## Segundo turno "gera mais injustiça do que justiça"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, em entrevista à Rádio Eldorado de São Paulo, ser contra o segundo turno eleitoral, porque não considera esse dispositivo "uma conquista democrática" para a escolha de ocupantes de cargos executivos.

No entender do senador, o segundo turno gera mais in-

justiça do que justiça.

Ele cita como exemplo um candidato

que consegue 49,5% dos votos no primeiro turno e é derrotado no segundo turno pela união de todos os outros candidatos que tiveram 10%. "É justiça isso? É a vontade do eleitor ou é o conchavo político que vai prevalecer?", questionou.

### CONGRESSO

Reportando-se ao acordo feito com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, visando à criação de um grupo de trabalho, comum às duas Casas, destinado a fazer o diagnóstico das medidas necessárias à agilização da atividade parlamentar, o presidente do Senado expli-

cou que o objetivo é tornar a instituição mais ágil - "à medida que um projeto demora seis, sete anos, é uma falência do órgão" - para responder ao que dela espera a sociedade brasileira.

### ELEIÇÕES

A respeito das próximas eleições presidenciais, o senador reafirmou sua convicção de que o presidente

Fernando Henrique Cardoso, hoje, é o favorito, e que vê a oposição

sem um programa alternativo, uma proposta a apresentar à sociedade brasileira.

Antonio Carlos, no entanto, tem algumas críticas ao estilo do presidente da República - "ele demora a decidir" - e acha que o chefe do governo tem de enfrentar o desafio de manter a inflação baixa, e também encontrar saídas para o desemprego. "Encontrando uma saída para o desemprego e sendo mais rápido nas decisões, evidentemente ele ficaria mais ao meu gosto", disse.

## Embaixador argentino trata de sessão em homenagem a Menem



O embaixador argentino Herrera Vegas é recebido por ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita do novo embaixador da Argentina no país, Jorge Hugo Herrera Vegas, que aproveitou a oportunidade para trocar idéias com o senador a respeito da sessão solene com que o Congresso Nacional homenageará o presidente argentino, Carlos Menem, no próximo dia 11 de novembro. A sessão solene deverá ter o senador José Fogaça (PMDB-RS) como orador pelo Senado, informou Antonio Carlos ao embaixador.

O presidente do Senado destacou, durante o encontro, a importância do processo de integração regional representado pelo Mercosul e ouviu do embaixador a reafirmação da identidade de pontos de vista entre Argentina e Brasil com relação à importância de consolidar e desenvolver o mercado do Cone Sul.

*Mato Grosso do Sul passará para a CEF débito que tem com 12 bancos, no valor de R\$ 353,7 milhões. Operação será feita no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados*

## Dívida estadual é transferida depois de muita discussão

O plenário voltou a discutir longamente o endividamento dos estados, ontem, ao aprovar projeto de resolução que autoriza Mato Grosso do Sul a transferir à CEF dívida de R\$ 353,7 milhões junto a 12 bancos. Ela será renegociada com a União, com prazo de até 30 anos, pelo Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A discussão começou quando o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, pediu que o assunto saísse de pauta, pois a dívida, uma Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), fora feita depois que o Conselho Monetário Nacional decidiu, em novembro de 1995, que só AROs feitas até aquela data entrariam no acordo de ajuste fis-

cal dos estados. No caso, parte da dívida de Mato Grosso do Sul havia sido oficializada em fevereiro de 1996.

Dutra sustentou que, curiosamente, pouco depois o Conselho Monetário Nacional estendeu até 31 de março de 96 o prazo para que tais operações fossem incluídas na renegociação de dívidas União-estados. O CMN tomou a decisão de ampliar o prazo sem ouvir o Senado, a quem cabe decidir sobre endividamentos de estados e municípios, frisou o líder do Bloco Oposição.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator da matéria, discordou do pedido de adiamento da votação, alegando que seu estado reivindicava o mes-

mo tratamento dado a todos os outros na renegociação. Tebet lembrou que o Banco Central nada tinha contra a operação. Explicou que o BC constatou que Mato Grosso do Sul está inadimplente junto a esses bancos e a situação se regularizará no mo-

*"Demos um talonário assinado em branco e este é o primeiro cheque que chega", disse Esperidião Amin sobre a dívida sul-mato-grossense*

mento em que a dívida foi transferida à CEF. Tebet foi apoiado pelo senador Levy Dias (PPB-MS).

Esperidião Amin (PPB-SC) disse que estava ocorrendo exatamente o que ele previra, durante a votação no Senado da Resolução 70/95, pois um artigo per-

mitia ao CMN "futuras alterações" nos prazos previstos para consolidação de AROs a serem renegociadas com a União. "Demos um talonário assinado em branco e este é o primeiro cheque que chega", disse.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) ponderou que para pagar a dívida com os bancos Mato Grosso do Sul teria de gastar por mês metade de sua receita líquida. Para ele, os bancos cobraram dos estados "juros extorsivos" nas operações ARO.

Wilson Kleinübing (PFL-SC) lembrou que 18 estados já assinaram protocolo de renegociação de dívidas com o governo federal e, depois do protocolo, "uns seis ou sete" incluíram na renegociação AROs não previstas. Conforme Kleinübing, os 12 bancos que emprestaram a Mato Grosso do Sul

"é que têm pressa em acertar a situação, pois têm de publicar balancetes e a conta está no item inadimplência".

Por sua vez, o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou tratar-se de uma transferência de credores, com vantagem para o estado, que terá sua dívida alongada e os juros reduzidos, dentro do programa de ajuste fiscal.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) lembrou que o governo federal "tem metido a mão no bolso dos municípios, como no caso do FEF e da isenção de ICMS em algumas exportações". Assim, a seu ver, cabe ao Senado ajudar os governos a rolar suas dívidas. No final, a transferência da dívida foi aprovada, com votos contrários de sete senadores.

## Orçamento aprova crédito extra de R\$ 18,9 milhões

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou ontem parecer favorável a autorização para o Poder Executivo abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 18,9 milhões, em

favor da Secretaria de Assuntos Estratégicos (R\$ 458,9 mil); do Ministério da Aeronáutica (R\$ 121,5 mil); do Ministério da Justiça (R\$ 4,3 milhões); do Ministério das Relações Exteriores (R\$ 5,6 milhões); e do Ministério da Administração (R\$ 8,2 milhões).

A reunião da CAE em que foram examinados os pedidos de crédito



## CAE libera operações com Bird, BID e bancos privados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) favorável à contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 300 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, a ser executado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

A CAE aprovou ainda parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) favorável à contra-

tação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 8,8 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o consórcio integrado pelo Banque Paribas e o Barclays Bank PLC, destinada ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Também foi aprovado parecer do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) favorável a que seja promovida alteração na Resolução nº 56, de 1997, que autorizou a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 275 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar parcialmente o

Projeto de Modernização da Rodovia Fernão Dias, a BR-381, em sua segunda etapa.

O presidente da comissão, senador José Serra (PSDB-SP), concedeu vista coletiva a projeto de lei da Câmara que cria o Sistema de Financiamento Imobiliário. Ao deferir o pedido de vista dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Esperidião Amin (PPB-SC), Serra defendeu o retorno da matéria à pauta na próxima reunião, já que o projeto "é importante porque contempla a organização do sistema privado de financiamento". As matérias aprovadas pela CAE serão submetidas ao plenário.



Deputados e senadores na reunião de ontem da comissão

Para senadora, critério do programa de renda mínima "exclui brasileiros que, em muitos casos, poderão até estar em municípios vizinhos ao daquele beneficiado"

## Emília amplia benefício de bolsa-escola

Ao defender ontem substitutivo de sua autoria, aprovado pela Comissão de Educação, instituindo o programa de renda mínima, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) afirmou que o acesso ao benefício deve ser assegurado a todas as famílias enquadradas nos critérios de pobreza, mediante comprovação de frequência escolar dos filhos.

Para ela, a intenção do projeto original, assim como a do substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), de atender apenas a municípios com renda *per capita* inferior à média do estado, "exclui do programa brasileiros que, em muitos casos, poderão até estar em municípios vizinhos ao daquele beneficiado".

Segundo explicou, mantida essa regra, as pessoas pobres que vivem em médias e grandes cidades não conseguiriam

ser contempladas com a bolsa-escola da mesma forma que os habitantes de pequenos municípios.

- Qual a diferença entre um brasileiro do Nordeste, onde passa fome e não consegue ganhar mais de R\$ 3,00 como diarista nas plantações da região, e outro que veio para Brasília, ou para o centro do país, e da mesma forma não tem o que comer, como sustentar seus filhos e, menos ainda, mantê-los nas escolas? - indaga.

De acordo com a senadora, outra vantagem da proposta de sua autoria é que, enquanto na versão original o apoio financeiro do governo federal é fixo, o seu substitutivo prevê um repasse de recursos progressivo ao longo de oito anos. Segundo disse, o custo de R\$ 212 milhões do programa "não pode ser considerado muito



Emília propõe repasse progressivo de recursos

caro para o país (o projeto original propõe R\$ 135 milhões), principalmente se comparado a outras despesas do governo, tais como o financiamento do Proer, de R\$ 30 bilhões, ou a previsão de gastos com publicidade para 98, que é da ordem de R\$ 500 milhões".



Bezerra contra o veto

## Bezerra quer livre comércio em Cáceres, Mato Grosso

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu ao presidente Fernando Henrique que acione as lideranças governamentais para derrubar o veto apostado há dois anos pelo vice-presidente da República, no exercício da Presidência, a projeto aprovado pelo Congresso Nacional que cria uma área de livre comércio em Cáceres, em Mato Grosso.

Conforme o senador, o veto contrariou "todas as expectativas do povo e das lideranças políticas e empresariais da região" e está provocando um total desequilíbrio das forças econômicas locais em favor da Bolívia. Ele explicou que esse país criou uma área de livre comércio a 80 quilômetros da fronteira brasileira, cumprindo acordo feito com o Brasil.

- Em decorrência disso, do outro lado da fronteira, há crescimento, o comércio se expande cada vez mais, a movimentação de dinheiro aumenta a riqueza devido, em grande parte, ao dinheiro dos brasileiros que para lá acorrem em busca das mais diversas mercadorias, por um preço bem acessível - afirmou Carlos Bezerra, ao esclarecer que, do lado brasileiro, não há "nenhuma iniciativa de vulto que se destine a desenvolver a região".

- Numa tentativa de reverter essa situação, tomei a iniciativa de arremeter as lideranças políticas mais representativas do estado para, em audiência com o presidente da República, mostrar a conveniência de se trabalhar pela derrubada desse veto no Congresso - disse o senador.

## Amin pede mais segurança no cruzamento de rodovias em SC

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu ao ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha, e ao diretor-geral do DNER, Maurício Heselecker Borges, que determinem sejam revistas as condições de segurança no cruzamento das rodovias federais BR-470 e BR-116, no trevo de Monte Alegre, em Santa Catarina. De acordo com o senador, os habitantes do município de São Cristóvão têm sofrido "violentos e sucessivos" acidentes naquele trecho, sendo indispensável e urgente providências que diminuam os riscos naquela área.

Esperidião Amin disse que nos últimos dois anos ocorreram nove mortes no local e mais de 60 pessoas ali se acidentaram. "A situação é tão preocupante que a população da localidade uniu-se em uma campanha, com o apoio do prefeito Jaime Cesca, para obter dos res-

Amin alerta para questão estrutural do transporte



pensáveis uma solução rápida para o problema", disse.

Conforme o senador, os problemas de trânsito devem ser atacados em três frentes: a preventiva, pela educação; a repressiva, pela legislação; e a estrutural, pelo planejamento, projeto, execução e manutenção das vias de circulação.

- As frentes preventivas e repressivas têm sido razoavelmente atendidas, haja vista as campanhas educativas pelos meios de comunicação de massa e nas escolas da rede

pública, além da promulgação do novo Código de Trânsito. A frente estrutural tem sido, contudo, relegada a segundo plano. Apenas os programas "tapaburacos" têm sido executados e, assim mesmo, de forma episódica. É verdade que um programa de restauração física das estradas está em andamento. Carecemos, porém, de programas visando à restauração completa do sistema de transportes no país - disse.

## Recesso em eleições preocupa Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ontem à Casa para que reflita bem sobre a proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) que transfere o recesso parlamentar, nos anos eleitorais, de junho para um mês antes das eleições. Ontem foi o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da matéria.

- O Congresso aberto é o pulmão do país, um lugar onde o povo expressa seus sentimentos, por meio dos seus representantes. Precupo-me se, no mês anterior às eleições, ocorrer fatos de grande relevância e o Parlamento não estiver funcionando - alertou Eduardo Suplicy.



Suplicy quer Congresso aberto

Senador entende que a União não está cumprindo sua obrigação de coordenar, integrar e direcionar esforços que beneficiem as regiões menos desenvolvidas. "Houve um verdadeiro retrocesso", em sua opinião

## Jonas Pinheiro quer revisão de fundos



Regina exalta visão política

### Regina resalta atuação de Valmir

A senadora Regina Assumpção (PTB-MG) manifestou o seu regozijo com a aprovação do nome do senador Valmir Campelo (PTB-DF) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. Ela enalteceu a atuação do senador como líder do seu partido, destacando que recebeu dele "o apoio e a orientação segura".

- Valmir Campelo é um homem de grande visão política, que, antes mesmo de olhar para si e para o seu partido, sempre olhou para o Brasil, em especial para Brasília, onde chegou na época da construção - assinalou. Para Regina Assumpção, Valmir tem as características essenciais para desempenhar o novo cargo com a mesma dedicação que sempre se entregou a todas as tarefas que lhe foram impostas.

- Sua presença, sua liderança, sua dedicação e seu exemplo nos farão falta. Mas continuarão, como sempre estiveram, a serviço de um Brasil melhor - concluiu.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ontem que o governo deve rever com urgência os critérios de aplicação dos recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento para que eles possam, de fato, servir como instrumentos de redução das desigualdades regionais do país. O senador considerou ainda mais importante o reexame dos saldos devedores e dos encargos cobrados nos financiamentos, "praticamente impagáveis", concedidos no âmbito desses fundos.

Jonas Pinheiro informou que, recentemente, um grupo composto por 20 senadores e deputados federais, além de representantes dos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, esteve em audiência com o ministro Antônio Kandir para expor sobre as distorções existentes na aplicação dos fundos constitucionais, relatando a difícil situação dos mutuários. Conforme



Jonas cobra revisão de critérios

esclareceu, o ministro comprometeu-se a analisar o assunto e viabilizar as medidas necessárias.

- Tememos que, mais uma vez, as decisões necessárias não sejam tomadas e os problemas se arrastem por mais tempo, como, aliás, tem acontecido - declarou o senador, lamentando que até agora nenhuma providência tenha sido tomada e que a legislação de incentivos em favor do Norte

e do Nordeste continue existindo "só no papel".

Jonas Pinheiro entendeu que a União não está cumprindo sua obrigação de coordenar, integrar e direcionar esforços que beneficiem as regiões menos desenvolvidas. "Houve um verdadeiro retrocesso na aplicação, na implementação e na efetividade das políticas regionais", afirmou.

Na opinião do senador, os centros dinâmicos de um país resultam dos esforços governamentais para privilegiar investimentos que promovam o desenvolvimento dessas regiões. "O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sempre favoreceu o Sudeste, mas, quando chegou a vez das regiões mais pobres, esgotou-se o espírito desenvolvimentista dessa entidade financeira", garantiu.



Boaventura: dia de festa

### Boaventura lembra 64 anos, hoje, de Goiânia

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) registrou ontem o sexagésimo quarto aniversário de Goiânia, que transcorre hoje, destacando que esse "é um dia de festa" na capital do estado. "As autoridades e o povo goiano comemoram com alegria esta data, e é justo que o façam", disse.

- Goiânia é uma bela e progressista cidade que expressa o surto desenvolvimentista que cobre o território goiano. Sua beleza majestosa não reside apenas nas características do seu urbanismo. Também sua arquitetura é arrojada e espelha a criatividade dos arquitetos goianos - frisou.

Albino Boaventura salientou que não poderia falar sobre o aniversário de Goiânia sem citar seu fundador, Pedro Ludovico Teixeira, "cuja obra administrativa e política constitui exemplo para os políticos e governantes das atuais e futuras gerações".

- A decisão e a persistência em viabilizar Goiânia como a nova capital de Goiás se inserem no quadro das realizações humanas que tornaram Pedro Ludovico uma pessoa que, para sempre, habitará os corações e mentes de todos os goianos - acrescentou.

## Abdias junta-se ao Olodum e exalta Revolta dos Búzios

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) destacou ontem a importância da iniciativa do Grupo Cultural Olodum de comemorar os 200 anos da Revolta dos Búzios, mais conhecida como Conjuração Baiana. Ele entende que esse movimento de 1798 "continua relegado à penumbra, privando a juventude de um dos exemplos mais inspiradores de tenacidade e abnegação pela causa da igualdade no país".

Conforme o senador, ao contrário de Tiradentes e de outros heróis nacionais que tiveram seu mérito reconhecido, os participantes da Revolta dos Búzios (também chamada de Revolta dos Alfaiates) "não viraram estátua em praça pública, não deram nomes a cidades, nem sequer aparecem nos livros didáticos".

Para Abdias Nascimento, no entanto, a luta dos afro-brasileiros na busca de justiça e

igualdade tem-se refletido em iniciativas de reconhecimento da importância da contribuição que trouxeram à formação da nacionalidade brasileira.

- É nesse quadro que se inscreve o projeto 200 Anos da Revolta dos Búzios, iniciativa do Grupo Cultural Olodum, internacionalmente conhecido por utilizar a cultura popular afro-baiana como instrumento de conscientização quanto à história dos marginalizados e às desigualdades raciais em nosso país, tanto como elemento-chave na recuperação da auto-estima dos afro-brasileiros - disse.

Abdias Nascimento informou que o programa de atividades para a celebração do bicentenário da revolta inclui a mudança de nomes de ruas de Salvador para homenagear os mártires e a desapropriação de suas casas para a transformação em centros de estudo; a



Abdias: recuperação da História

constituição de uma comissão mista, com parlamentares do Senado e da Câmara, para organizar essas comemorações, além da instituição do prêmio Revolta dos Búzios, destinado a organizações baianas que se destacarem na área do trabalho social durante o ano de 1998.



A CCJ, presidida por Cabral, apreciará cinco emendas à proposta que acaba com o segundo turno

*Quatro propostas de emenda constitucional cumpriram prazos de discussão em plenário e comissões tiveram dias de muitas decisões*

## Semana termina com 21 matérias aprovadas

O plenário do Senado discutiu quatro propostas de emenda constitucional e aprovou um total de 21 matérias durante esta semana. Ao mesmo tempo, outras deliberações importantes eram tomadas pelas comissões da Casa, entre elas, a aprovação da proposta que acaba com a participação do juiz classista nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em plenário, foram aprovados projetos de lei facilitando a transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), ampliando a permissão para o aposentado movimentar a conta do FGTS e regulando o direito, conhecido como *habeas data*, de acesso do cidadão às informações a seu próprio respeito, arquivadas por entidades governamentais. Também foi aprovada resolução instituindo o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro, a ser conferido anualmente no dia 26 de outubro, data de nascimento do ex-senador.

Outra decisão do plenário foi a aprovação, em votação secreta, dos nomes dos cin-

co integrantes da primeira diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que será presidida pelo engenheiro Renato Navarro Guerreiro. A Anatel vai regular e fiscalizar o setor, e o exame da indicação dos diretores da agência, feita pelo presidente da República, está entre as atribuições privativas do Senado.

Ainda durante esta semana, quatro propostas de emenda à Constituição cumpriram prazos de discussão em plenário, inclusive a que acaba com o segundo turno nas eleições de governadores e prefeitos. A matéria foi encaminhada de volta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para exame de cinco emendas apresentadas em plenário, aonde retornará ainda, para ser submetida à votação final.

As outras três propostas de

emenda constitucional encerraram seu período de discussão na próxima semana. São a que determina que começará pelo Senado a deliberação sobre projetos que interferiram nas relações federativas; a que altera o recesso parlamentar; e a que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

A decisão favorável à eliminação da figura do juiz classista foi tomada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e ainda será examinada pelo plenário. A CCJ manteve o classista, sem remuneração, nas Juntas de Julgamento, acolhendo emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao substitutivo, apresentado pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM), à proposta original do senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

### MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

(de 20 a 24 de outubro)

|   |           |
|---|-----------|
| Projetos aprovados e enviados à promulgação | 9         |
| Projetos aprovados e enviados à sanção      | 2         |
| Projetos aprovados e enviados à Câmara      | 3         |
| Indicação de autoridades                    | 5         |
| Requerimentos aprovados                     | 2         |
| <b>Total</b>                                | <b>21</b> |

## Ignácio destaca os cem anos dos Irmãos Maristas

Ao registrar o centenário da chegada dos Irmãos Maristas ao Brasil, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) homenageou o Instituto Marista pelo "longo, profícuo, clarividente, trabalho realizado em benefício da juventude brasileira".

José Ignácio lembrou que, no dia 15 de outubro de 1897, seis Irmãos Maristas desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, provenientes da França.

Conforme o senador, a congregação marista, fundada por Marcelino Champagnat, en-



Ignácio: maristas em 80 países

contra-se espalhada em mais de 80 países, sendo que no Brasil está dividida em seis províncias, citando especialmente a do Rio de Janeiro, à qual está integrada o do estado do Espírito Santo.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o presidente da OAB-Distrito Federal, Luiz Felipe Correa, sobre as penas alternativas e a defensoria pública como saída para a crise do sistema penitenciário (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (representação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Júlio Campos (PFL-MT) e o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sobre a emenda de extinção do 2º turno nas eleições de prefeitos e governadores (inédito)
- 9h - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Educação (pré-gravada em 22/10/97)
- 14h30 - Sessão plenária (representação)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravada em 21/10/97)
- 18h30 - Comissão de Educação (pré-gravada em 23/10/97)
- 19h30 - "Sete Dias", com a participação do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e do presidente nacional do PMDB, deputado federal Paes de Andrade (CE) (inédito)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - "Fala Cidadão" (representação)
- 0h30 - Resumo da semana
- 1h - "Sete Dias" (representação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Comissão de Educação do dia 22/10 (representação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)

Destaque da programação do fim de semana:

### Sábado

- 10h - Comissão de Assuntos Sociais do dia 21/10 (representação)
- 14h - Comissão de Educação do dia 22/10 (representação)

### Domingo

- 10h - Comissão de Educação do dia 23/10 (representação)
- 14h - Comissão de Constituição e Justiça do dia 22/10 (representação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, ao vivo
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - Informativo "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária, ao vivo
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 00h - Sessão plenária (retransmissão)
- Em seguida - Música e informação

Senador cita dados do Bird sobre situação social e diz que o país poderia beneficiar-se da participação no órgão da ONU que "cuida dos problemas sociais, da produção de alimentos, da fome e da miséria"

## Simon quer Brasil na presidência da FAO

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs ontem que o Brasil "abra mão da vaidade" de fazer parte do Conselho de Segurança da Organizações das Nações Unidas e reivindique a presidência do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), "que cuida dos problemas sociais, da produção de alimentos, da fome e da miséria".

O senador sugeriu que o presidente Fernando Henrique Cardoso faça essa reivindicação na próxima reunião do Conselho de Segu-

Simon: proposta à Comissão de Relações Exteriores



rança da ONU e informou que vai levar sua proposta, por escrito, à Comissão de Relações Exteriores da Casa.

Simon citou dados do Ban-

co Mundial segundo os quais, no Brasil, os 20% mais pobres da população detêm, apenas, 2,1% da renda. Enquanto isso, os 20% mais ricos abocanham 67,5%, ou

mais de dois terços, de tudo que é produzido no país, ou seja, a participação no bolo da riqueza nacional dos 10% mais ricos é 73 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Além disso, a ONU aponta o Brasil como o país de maior concentração de renda do planeta.

### EXCLUÍDO

O senador disse que a Organização das Nações Unidas estima que seriam necessários US\$ 40 bilhões anuais para proporcionar acesso universal a serviços de saúde, água potável, educação e planejamento fami-

liar a todos os excluídos, para que eles deixassem o estado de pobreza.

Simon disse ainda que, segundo dados da ONU, 1,3 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia, apesar do crescimento da riqueza mundial; o número de pobres cresce cerca de 25 milhões por ano; 1/4 da população mundial vive na pobreza; 840 milhões de pessoas, entre elas 160 milhões de crianças, estão subnutridas.

Segundo o senador, "se o número dos ricos dobrou em 50 anos, o de pobres triplicou".

## Política da casa própria ganha elogio de Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou as ações governamentais na área habitacional, ao destacar que o presidente Fernando Henrique "tem realizado um esforço enorme para dotar o Brasil de melhores estatísticas e prepará-lo para enfrentar os enormes desafios que a terceira revolução industrial nos reserva".

Alcântara destacou dados da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento que demonstram um crescimento de

8,71% no ritmo da construção civil no segundo trimestre de 97. Ele também ressaltou que o consumo de cimento aumentou 36% na rede varejista, "o que significa dizer que as classes D e E foram atendidas".

O senador fez um balanço dos programas de investimentos geridos pelo ministério no período 95/96: 3.316 obras foram contratadas, 108 mil cartas de crédito foram concedidas e 424 mil empregos estão sendo gerados. Ele lembrou ainda que o governo pretende consolidar o saneamento do FGTS e solucionar o ressarcimento das dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais para com os agentes do Sistema Financeiro de Habitação.

Complementando essas ações com ajustes importantes que precisam ser realizados na captação de poupança e com a aprovação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), o governo espera para muito em breve, como ele mesmo diz, sanar definitivamente o sistema habitacional brasileiro e dotar o país de uma equilibrada e eficiente política habitacional - disse o senador.



Alcântara: índices animadores

## Miranda aponta alto índice de acidentes de trabalho no país

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) alertou para a grande incidência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no país e defendeu a realização de campanhas de conscientização de empregados e empregadores sobre a gravidade do problema. De acordo com o senador, 424 mil acidentes retiraram do trabalho cerca de 4 mil trabalhadores no ano de 1995, provocando uma despesa de R\$ 3,4 bilhões à indústria.

Na sua opinião, a solução está na conscientização de empregadores, "que têm a obrigação de colocar à disposição dos empregados os instrumentos previstos nas normas de segurança e medicina no trabalho", e dos próprios trabalhadores, "que devem obedecer às regras e utilizar os equipamentos de segurança".



Miranda: somos o 10º em acidentes de trabalho no mundo

Com base em informações do Ministério da Previdência, o senador revelou que, em 1995, enquanto o crescimento da mão-de-obra empregada no Brasil foi de 2,59%, os acidentes no trabalho aumentaram 9,22%. No mesmo período, as mortes provocadas por eles subiram 23,7% em relação ao ano anterior.

- Esse quadro trágico situa o Brasil no 10º lugar entre os países com maiores níveis de acidentes no trabalho, de acordo com a Organização Internacional

do Trabalho - lamentou.

Depois de assinalar que o próximo Congresso Mundial sobre Acidentes no Trabalho, em 1999, será realizado pela primeira vez na América Latina, em São Paulo, Gilberto Miranda disse que "novas técnicas e equipamentos moderníssimos haverão de motivar autoridades responsáveis pelo setor, empregadores e sindicatos a utilizá-los para prevenir e reduzir os feitos danosos dos acidentes no Brasil".